UTILIDADE PÚBLICA
Rua do Senado, 65, 2º andar
Centro, Rio de Janeiro/RJ
https://colpol.com.br/

COMUNICADO À IMPRENSA

COLPOL-RJ (Coligação dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro)

A Coligação dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro – COLPOL-RJ, representada pelo seu então presidente Fábio Neira, através desta NOTA À IMPRENSA, solicita exercer seu poder de resposta à entrevista concedida pelo então presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-RJ, Rafael Borges, publicada em seu website na data 20/06/2022 às 09h.

Título: 'A polícia do Rio é 30% mais letal do que a dos EUA inteiro'

Em atenção ao contraditório, inerente às sociedades democráticas, mas também na qualidade de policial com mais de 30 anos de atividade de rua, bem como representante de uma boa parte da categoria dos Policiais Civis, pois também sou Presidente da Coligação dos Policiais Civis (COLPOL-RJ), ex-Vice Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais Civis da Região Sudeste – FEIPOL/SUDESTE e, ex-Diretor da COBRAPOL – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS POLICIAIS CIVIS, refiro-me a entrevista do Dr. Rafael Borges, Advogado Criminalista, publicada pelo Jornal O DIA do dia 20 de junho.

Em primeiro lugar, é lamentável que tenhamos que contrapor algo oriundo de uma histórica instituição que se afastou das suas tarefas para ingressar no âmbito político; e o mais sério, de forma irresponsavelmente ideológica.

A análise circunstancial da instituição, já que o Dr. Rafael fala por ela, é vergonhosamente afastada da realidade que o cidadão já conhece, pois se conecta apenas às causas, mas nunca nas suas origens, portanto, não será solucionada, seja qual for o problema, sem se conhecer as suas origens.

Lembremos que o Estado do Rio de Janeiro teve o seu fluxo migratório extremamente aumentado após a segunda metade do século 19, mais especificamente com o fim da Guerra dos Canudos e a completa abolição dos escravos, quando a região Central, mais especificamente na comunidade, já conhecida na época como Morro da Providência e, logo em paralelo, morro de favela, passou a abrigar milhares pessoas sem moradia e que ali passaram a aguardar as tão repetidas promessas (providências) do pós império e dos subsequentes governos.

Atravessando a história, em 2010, o CENSO IBGE, levantou 763 comunidades só na cidade do Rio de Janeiro, que abrigavam, já naquela época, 22% dessa população, hoje já se fala em mais de 1000 favelas, com crescimento proporcional de moradores.

Essas áreas estão normalmente caracterizadas pela degradação urbana, elevadas taxas de pobreza e desemprego, somando-se a esses fatores os problemas relacionados aos grandes conglomerados urbanos, envolvendo a toxicodependência, o alcoolismo, elevadas taxas de doenças mentais, suicídio, ineficiência ou ausência dos programas regionais de saúde preventiva, afastamento dos hospitais de atendimento de emergência, ausência de infraestrutura básica, baixa capacidade ou ausência das instituições educacionais públicas e muitos crimes relacionados por essa completa inexistência do Estado enquanto administração.

Ocorre que as pessoas moradoras dessas regiões também possuem o direito a terem as suas demandas atendidas e dentre essas demandas estão as mais comuns, como as agressões domésticas, pequenos furtos, desentendimento de vizinhos, problemas relacionados ao alcoolismo, estupros, lesões corporais das mais diversas, além dos homicídios, sendo a polícia a única instituição juridicamente apta a chegar como representante estatal nesses locais, por meio do policial, seja civil ou militar. Atente-se, que naquele primeiro momento, na maioria das vezes, é o policial um verdadeiro primeiro “juiz” da situação, buscando compor conflitos, expressando as regras, os limites civis e criminais, periciando crimes, buscando ou prendendo infratores, tudo sempre em prol do bem comum.

Mas é chegar nesses lugares que se torna o problema, porque o tráfico assumiu força bélica proporcional às forças militares, sendo, por isso, iniciado os confrontos. Confrontos que levam a óbito, ou a ferimentos gravíssimos, de ambos os lados. O que se precisa saber é que hoje a força bélica desses bandidos se equivale a dos policiais, diferenciando apenas as técnicas e o

treinamento apurado dos representantes estatais, sendo exatamente esse o motivo pelo qual sempre teremos um maior número de mortes, felizmente, do lado dos criminosos. Ainda assim, vale verificar esses números abaixo que são impressionantes e os dados são de 2018, do Instituto Igarapé (*PMERJ/EMG/EQG, PMERJ/EMG/PM1, PMERJ/EMG/EI, USA Congressional Research Service CRS Report RL 32492 e US Veteran Statistics*).

- na 1ª Guerra Mundial, 2,45% do exército americano foi morto;
- na 2ª Guerra Mundial, foram 2,52%;
- na Guerra do Vietnã, foram 0,98%;
- na retomada do Kuwait, 0,02%;
- a porcentagem de PMs mortos no Rio de Janeiro é de 3,22%.

Essa estatística faz mostrar e comprovar que a polícia carioca convive em ambientes de alta letalidade, mas jamais poderá deixar de chegar e atuar em qualquer que seja o ambiente para cumprir a sua missão institucional, mesmo sabendo que ao prender muitos desses facínoras, sejam eles negros, brancos, favelados, abastados, nordestinos ou cariocas, mesmo reconhecendo que assim estão por culpa da ausência de educação, afastamento da família ou tantos outros motivos, mesmo sabendo que em pouco tempo, ou muito menos que o esperado, serão esses mesmos bandidos vistos novamente cometendo os mesmos crimes, pois a nossa justiça é complexa e falha, favorecendo, infelizmente, ao criminoso, mas o cumprimento da missão denota a necessidade de afastar esses marginais perigosos do convívio social, seja quantas vezes for necessário, e não é possível que os moradores trabalhadores e cumpridores de seus deveres dessas regiões, ditas como conflagradas, não possam titularizar seus direitos civis em sua plenitude. Quando uma autoridade ou órgão público impede essa atividade de alta complexidade, ele está impedindo a esses cidadãos a cidadania plena; estamos falando de milhões de moradores dessas regiões.

Nessas comunidades, que podemos chamar de "favelizadas", volumosas e de difícil acesso, crescem, cada vez mais, os grandes pontos do tráfico de drogas, com armamento de alto poder destrutivo, gente cada vez mais capacitada para o combate, circulação do dinheiro do crime e sobreposição desses marginais aos moradores dessas regiões, onde eles impõem o medo e a lei que eles bem entenderem para essas pessoas já tão carentes. Desrespeitam os direitos civis mais basilares, dentre os quais o mais importante de todos, que é o direito a vida, na medida que voluntariamente julgam e imputam as penas mais perversas, como modelo de exposição de força sobre a maioria trabalhadora.

São exatamente esses facínoras que recebem os policiais a tiros, quando estes buscam as ruas das comunidades para cumprirem os seus papéis de levar a tranquilidade, assim como o fazem nas ruas mais abastadas da zona sul da cidade. Assim como fazem, nas redondezas dos lares desses que tentam se expressar como administradores de uma suposta impoluta verdade marginal, pois não o fazem para atender ao bem comum, já que limitam a entrega do mesmo direito que eles mesmos exigem ao serem abordados e assaltados nas ruas, ou terem as suas casas invadidas ou meramente ameaçadas, mesmo sabendo que o cidadão de bem, nessas mesmas comunidades em que eles querem afastar a polícia, sofrem diariamente as mesmas agressões e ameaças.

A chamada letalidade policial está diretamente vinculada a essa hipocrisia, que faz da polícia um suposto algoz, pois para muitos o crime, de fato, compensa, pois gera clientes e gera votos (e muitos votos), denotando a ideia do "*deixa como estar*" ou "*o quanto pior melhor para a gente*". Esse modelo, decorrente, ainda, dos seguimentos imperiais, voltados a atender aos seus próprios interesses, persiste representado por estas instituições que, ao longo do tempo, se travestiram de representantes dos interesses sociais, mas continuam buscando atender aos anseios de uma aristocracia que "sobrevive" nesse país, sob os mais alternativos mantos ideológicos.

É nesse contexto que devemos concluir que as atividades policiais precisam ser afetas para todas as pessoas, independentemente de onde elas residam, buscando a entrega da paz e do bem comum, sendo crucial, para isso, que o policial seja adequadamente remunerado, receba

o equipamento adequado e seja respeitado, não podendo ser impedido, onde quer que seja, pois ele representa a força do Estado Democrático de Direito e como tal, deve chegar para todos.

Vivemos uma guerra onde os nossos inimigos estão fortemente armados e e por sorte não conseguiram, ainda, se organizar. Todavia, a tão falada letalidade nessas comunidades, de policiais, bandidos e terceiros que se encontram em meio a esse caos social, não é oriunda apenas das armas, mas da fome, da falta de saúde e da completa ausência de educação e até da indignação desses que buscam insistentemente justiça e cidadania, sendo, justamente por esses fatores e completo amor a instituição policial, que continuaremos a fazer, com cada vez mais orgulho, coragem e dignidade, o nosso trabalho.

Força e Honra.

FÁBIO NEIRA

Presidente Administrativo da COLPOL/RJ